



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
GABINETE DO PREFEITO



Ofício nº 05 /2020.

Parnaíba(PI), 28 de Abril de 2020.

Exmo. Sr.


Vereador José Geraldo Alencar Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Parnaíba  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
N/CIDADE

Sr. Presidente,

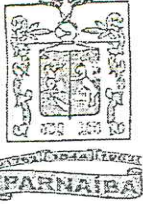
Estamos encaminhando para a devida tramitação e deliberação pelo Plenário desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em anexo, para apreciação desta douta casa legislativa, nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Câmara Municipal.

· Sendo o que se reservava para o momento, esperamos contar com o apoio de todos os membros deste Poder Legislativo para a aprovação da matéria ora encaminhada, com a maior brevidade possível e subscrevemo-nos.

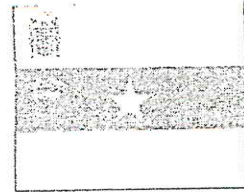
Atenciosamente,

  
Francisco de Assis de Moraes Souza  
Prefeito Municipal

Recebi em 29.04.2020  
Resilva



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
GABINETE DO PREFEITO



Mensagem nº \_\_\_\_/2020

Senhor Presidente

Senhores vereadores

Estamos encaminhando para tramitação, apreciação e deliberação pelo Plenário desta Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que tem por objetivo conceder reajuste de 12,84% no piso salarial dos Professores da rede municipal de ensino, conforme previsão contida no artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008, que estabelece o Piso Nacional do Magistério e 4,31% correspondente a reposição salarial, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro/2019), aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério, conforme previsão contida no artigo 100 da Lei 2.560, de 09 de Junho de 2010 (Plano de Carreira e Remuneração da Educação Básica do Município de Parnaíba-PI), com o intuito de cumprir as legislações em vigor atinentes à matéria.

Importante frisar que fora procedida uma análise financeira do impacto da medida e, ainda, observando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o quadrimestre encerrado em 31 de Dezembro de 2019 apontou que nossa prefeitura encontra-se dentro do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne ao limite de gastos com pessoal, perfazendo o total de 51,83% sobre a receita corrente líquida, o que traz uma série de implicações e determinações aos gestores municipais;

A interpretação sistêmica da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao inciso I, do parágrafo único, do art. 22, determina que se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite fixado na LRF, fica vedado aos Poderes e ao Ministério Público a *concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição*. Em outras palavras, atingido o limite prudencial de 95% dos gastos com pessoal, ao qual estamos abrangidos nesta categoria, fica vedado reajuste visando alterar ou fixar vencimentos de carreiras específicas. Nessa situação só se admite aumento de remuneração fruto de sentença judicial, de determinação legal ou contratual ou de revisão geral anual, **grifo nosso**.

Cumpre, ainda, destacar que, estamos em um ano eleitoral e a lei também proíbe aos agentes públicos fazer, na circunscrição da eleição, revisão da remuneração dos servidores públicos que supere a recomposição da perda de seu poder aquisitivo, conforme determinação contida na Lei 9.504/1997, art. 73, inciso VIII (Lei das Eleições) e na Resolução TSE nº 22.252/2006.

Ante o exposto, é a presente mensagem que acompanha o Projeto de Lei, onde buscamos cumprir as determinações legais, demonstrando de forma nítida e transparente a situação atual do município, sem esquecer de promover a valorização destes profissionais que tanto abrilhantam nossa nação.

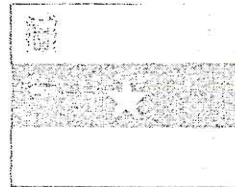
Sendo estas as informações colhidas e que julgamos pertinentes ao entendimento da proposição, que motivaram o envio deste Projeto de Lei, esperamos contar com o apoio e sensibilidade dos nobres vereadores para aprovação do mesmo.

Na oportunidade, renovo a expressão do meu elevado respeito e distinta consideração.

  
Francisco de Assis de Moraes Souza  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNÁIBA  
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº. 4601 /2020, de 28 de Abril de 2020

*“Dispõe sobre a concessão de reajuste ao vencimento básico dos Professores da rede municipal de ensino, autoriza a adequação do Anexo IV da Lei Municipal nº. 2.560, de 09 de junho de 2010 e suas alterações posteriores, visando à observância do Piso Nacional de Salários do Magistério e o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município e dá outras providências”.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNÁIBA, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 77, inciso II da Lei Orgânica do Município de Parnaíba,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder às adequações nas tabelas de remuneração do magistério do Município de Parnaíba, em seus vencimentos básicos, no intuito de adequá-la ao Piso Nacional do Magistério, e as disposições contidas no Plano de Carreira e Remuneração da Educação Básica do Município de Parnaíba-PI, na forma dos Anexos desta Lei.


§ 1º - Aos professores que recebem o piso nacional do magistério, será efetuado o pagamento, na forma de diferença e/ou complementação salarial, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, conforme previsão contida no artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008, que reajusta o Piso Nacional do Magistério em 12,84%, fixando o valor de R\$ 2.886,24 (Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Quatro Centavos);

§ 2º - Será assegurado o reajuste a partir do mês de maio, data base da categoria, correspondente a reposição salarial de 4,31%, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro/2019), e, deverá ser aplicado, exclusivamente, aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério, conforme previsão contida no artigo 100 da Lei 2.560, de 09 de Junho de 2010 (Plano de Carreira e Remuneração da Educação Básica do Município de Parnaíba-PI);

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, ficando, ainda autorizado o Chefe do Executivo, proceder às suplementações que se fizerem necessárias para o cumprimento desta Lei.

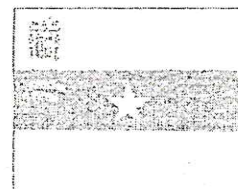
**Art. 3º.** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parnaíba (PI), 28 de abril de 2020.

  
FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUZA  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO DA LEI Nº 4.601, DE 27 DE ABRIL DE 2020.

Percentual de 4,31% e 12,84%

TABELA A – Remuneração para os Professores com Carga Horária de 40 H/S

TABELA DE 40 HORAS

	MÉDIO	S, LIC.	S. ESP	S. MESTR.	S. DR
I (0 a 48 meses) 0 – 4	2.557,74 2.886,24	2.813,51 2.934,77	3.262,26 3.402,86	3.430,27 3.578,11	3.572,63 3.726,61
II (49 a 96 meses) 5 – 8	2.787,94 2.908,10	3.066,73 3.198,91	3.555,86 3.709,12	3.738,99 3.900,14	3.894,17 4.062,01
III (96 a 144 meses) 9 – 12	3.038,85 3.169,82	3.342,73 3.486,80	3.875,89 4.042,94	4.075,50 4.251,15	4.244,64 4.427,58
IV (145 a 192 meses) 13 -16	3.312,35 3.455,11	3.643,58 3.800,62	4.224,72 4.406,81	4.442,30 4.633,76	4.626,66 4.826,07
V (193 a 240 meses) 17 -20	3.610,46 3.766,07	3.971,50 4.142,67	4.604,95 4.803,42	4.842,10 5.050,79	5.043,06 5.260,42
VI (241 a 288 meses) 21 – 24	3.935,40 4.105,02	4.328,93 4.515,51	5.019,39 5.235,73	5.277,89 5.505,37	5.496,93 5.733,85
VII (289 a 336 meses) 25 – 28	4.289,59 4.474,47	4.718,54 4.921,91	5.471,14 5.706,95	5.752,90 6.000,85	5.991,66 6.249,90
VIII (337 a 384 meses) 29 – 32	4.675,65 4.877,17	5.143,21 5.364,88	5.963,54 6.220,57	6.270,66 6.540,93	6.530,91 6.812,39

TABELA B – Remuneração para os Professores com Carga Horária de 20 H/S

TABELA DE 20 HORAS

	MÉDIO	S, LIC.	S. ESP	S. MESTR.	S. DR
I (0 a 48 meses) 0 – 4	1.278,87 1.443,08	1.406,75 1.467,38	1.631,13 1.701,43	1.715,13 1.789,05	1.786,31 1.863,30
II (49 a 96 meses) 5 – 8	1.393,97 1.454,05	1.533,36 1.599,45	1.777,93 1.854,56	1.869,49 1.950,07	1.947,08 2.031,00
III (96 a 144 meses) 9 - 12	1.519,42 1.584,91	1.671,36 1.743,40	1.937,95 2.021,48	2.037,75 2.125,58	2.122,31 2.213,78
IV (145 a 192 meses) 13 -16	1.656,17 1.727,55	1.821,78 1.900,30	2.112,36 2.203,40	2.221,14 2.316,87	2.313,32 2.413,02
V (193 a 240 meses) 17 – 20	1.805,23 1.883,04	1.985,74 2.071,33	2.302,47 2.401,71	2.421,04 2.525,39	2.521,52 2.630,20
VI (241 a 288 meses) 21 - 24	1.967,70 2.052,51	2.164,46 2.257,75	2.509,70 2.617,87	2.638,94 2.752,68	2.748,46 2.866,92
VII (289 a 336 meses) 25 -28	2.144,79 2.237,23	2.359,26 2.460,94	2.735,57 2.853,47	2.876,44 3.000,41	2.995,82 3.124,94
VIII (337 a 384 meses) 29 – 32	2.337,82 2.438,58	2.571,59 2.682,43	2.981,77 3.110,28	3.135,32 3.270,45	3.265,44 3.406,18